

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Ativo Circulante		275.310	284.417
Disponibilidades		6	7
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	29.544	20.314
Aplicações no mercado aberto		29.544	20.314
Títulos e valores mobiliários	5	16.956	22.142
Carteira própria		16.956	22.142
Relações Interfinanceiras		-	29
Créditos vinculados		-	29
Operações de crédito		225.945	240.947
Setor privado	6a	230.433	243.765
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa	6b	(4.488)	(2.818)
Outros créditos		2.759	975
Créditos tribut. de imp. e contribuições		2.627	-
Outros créditos diversos	7	132	975
Outros valores e bens		100	3
Despesas antecipadas		100	3
Realizável a longo prazo		180.202	218.381
Operações de crédito		177.420	216.583
Setor privado	6a	180.772	219.273
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa	6b	(3.352)	(2.690)
Outros créditos		2.782	1.798
Créditos tribut. de imp. e contribuições	7	2.782	1.798
Permanente		385	506
Imobilizado de uso	8	302	390
Imobilizado de uso		667	666
Depreciações acumuladas		(365)	(276)
Intangível		83	116
Intangível		293	283
Amortizações acumuladas		(210)	(167)
Total do ativo		455.897	503.304

As notas explicativas são parte integrante

	Nota	2015	2014
Passivo e patrimônio líquido Circulante		114.244	111.512
Depósitos	9	1.710	1.423
Depósitos a prazo		1.710	1.423
Obrigações por empréstimo		104.353	102.064
Obrigações por emprést. e repasses	10	104.353	102.064
Outras obrigações		8.181	8.025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		163	131
Sociais e estatutárias		1.862	1.818
Fiscais e previdenciárias	11	5.157	4.399
Outras obrigações - diversas	12	999	1.677
Exigível a longo prazo		255.995	309.837
Depósitos	9	16.294	30.412
Depósitos a prazo		16.294	30.412
Obrigações por empréstimo		164.171	212.719
Emprést. no país - instituições oficiais	10	164.171	212.719
Outras obrigações		75.530	66.706
Outras obrigações - Diversas	12	75.530	66.706
Resultado de exercícios futuros		1.027	781
Resultado de exercícios futuros	14	1.027	781
Patrimônio líquido		84.631	81.174
Capital		-	-
De domiciliados no país	15a	75.000	75.000
Reservas de lucros		9.630	6.171
Ajustes de avaliação patrimonial		1	3
Lucros acumulados		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		455.897	503.304

das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 14 de março de 2016. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **f. Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00. As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a operação em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n.º 2.682/99 do CMN. **g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações negociadas são mantidas no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco. **h. Demais títulos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. **i. Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **j. Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começaram a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. **k. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **l. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São

reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas de provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificamos como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **n. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia") e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária. **o. Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indebitáveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20% aplicável a partir de 01 de setembro de 2015, conforme medida provisória n.º 675 de 21 de maio de 2015, convertida na lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **p. Resultado de exercícios futuros** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. **q. Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente. **s. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuições estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio de plano de pensão do Banco são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2015	2014
Operações Compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	29.544	20.314
5. Títulos e valores mobiliários		
	2015	2014
	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	Até 12 Meses	Até 12 Meses
	12 Meses (contábil)	12 Meses (contábil)
Títulos para negociação		
Letras financeiras do tesouro (LFT)		
	16.956	16.956
	16.956	16.956
	16.956	22.142
	16.956	22.142

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. **6. Operações de crédito:** As informações da carteira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são assim sumarizadas: **a. Composição da carteira por modalidade**

	2015	2014
	% sobre total da carteira	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	26.211	6,37
Títulos descontados	2.391	0,53
Financiamentos (b)	382.803	93,09
Total	411.205	100,00
Circulante	230.433	56,07
Realiz. a longo prazo	180.772	43,96
Total	411.205	100,00
Provisão p/ crédo. de liq. duvidosa/curto prazo	(4.488)	57,24

	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013		
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos complementares AGOE 14/04/2014	-	-
Destinações:	-	-
Reserva legal	318	-
Reserva geral de lucros	-	4.537
Ajustes de avaliação patrimonial	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2014	75.000	410
Mutações do exercício	318	4.537
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.000	410
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-
Destinação:	-	-
Reserva legal	326	-
Reserva geral de lucros	-	4.645
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.000	736
Mutações do exercício	326	8.894
Saldos em 30 junho de 2015	75.000	410
Lucro líquido do semestre	-	-
Dividendos	-	-
Destinações:	-	-
Reserva legal	326	-
Reserva geral de lucros	-	4.645
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.000	736
Mutações do semestre	326	8.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2015	2014
		Exercício	Exercício
Rec. da interm. financ.		23.949	46.146
Operações de crédito		21.498	41.400
Result. de oper. com títulos e val. mobil.		2.451	4.746
Despesa de intermed. financ.	(12.606)	(24.532)	(18.934)
Oper. de captação no mercado	(5.806)	(10.986)	(9.732)
Oper. de emprést. e repasses	(4.611)	(8.200)	(5.494)
Prov. p/ créditos de liq. duvidosa	(2.189)	(5.346)	(3.708)
Resultado bruto da interm. financeira	11.343	21.614	21.003
Outras rec./ (desp.) operacionais	(5.970)	(11.649)	(10.692)
Rec. de prestação de serviços	75	139	240
Rendas de tarifas bancárias	511	928	1.312
Despesas de pessoal	(3.222)	(6.371)	(6.447)
Outras despesas administrativas	17	(2.688)	(5.064)
Despesas tributárias	(706)	(1.385)	(1.328)
Outras receitas operacionais	91	157	136
Outras despesas operacionais	(31)	(53)	(145)
Resultado operacional	5.373	9.965	10.311
Resultado não operacional	(10)	(10)	35
Result. antes da tribut. sobre o lucro	16	5.363	9.955
Imposto de renda e contribuição social	(1.687)	(3.434)	(3.979)
Provisão para IR	16	(1.779)	(3.623)
Provisão para CS	16	(1.386)	(2.560)
Impostos diferidos	16	1.478	2.749
Lucro liq. do exercício	3.676	6.521	6.367
Quant. de ações do capit. social por lote de mil ações	79.646	79.646	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	0,046	0,082	0,080
As notas explic. são parte integr. das demonstrações financeiras.			
	2015	2014	
	R\$	R\$	
Provisão p/ crédo. de liq. duvidosa-longo prazo	(3.352)	42,76	
Total Provisão p/ crédo. de liq. duvidosa	(7.840)	100,00	
Total da carteira líquida	403.365	457.530	
c. Diversificação da carteira por nível de concentração			
	2015	2014	
	% sobre total da carteira	% sobre total da carteira	
Principal devedor	9.780	2,38	
20 maiores devedores seguintes	101.990	24,79	
Demais devedores	299.495	72,83	
Total	411.205	100,00	

	2015	2014
Principal devedor	9.780	2,38
20 maiores devedores seguintes	101.990	24,79
Demais devedores	299.495	72,83
Total	411.205	100,00

	2015	2014
AA	0,0%	20,802
A	0,5%	296,695
B	1,0%	56,586
C	3,0%	33,426
D	10,0%	4,922
E	30,0%	4,444
F	50,0%	32
G	70,0%	779
H	100,0%	2,401
Total	411.205	7.840

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Semestre	6.863	5.508
Exercício	4.723	10.629
Reversão de provisão	(5.077)	(11.350)
Créditos baixados contra prej. (a)	1.331	3.053
Saldo final	7.840	7.840

(a) Os crédito baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.f. **e. Composição da carteira de oper. de crédito por indexador**

	2015	2014
	R\$	R\$
Operações pré-fixadas	376.813	91,64
Operações pós-fixadas	34.392	8,36
Total	411.205	100,00

	2015	2014
Indústria	19.579	4,76
Comércio	104.181	25,34
Serviços	286.133	69,58

captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

13. Contingências: O Banco Randon possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2015:

Adições permanentes	(40)	(60)	(62)
Exclusões permanentes	119	216	198
Outros ajustes **	533	546	24
Total	(1.687)	(3.435)	(3.979)
IRPJ e CSLL correntes	(3.165)	(6.183)	(5.267)
IRPJ e CSLL diferidos	1.478	2.749	1.288
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.687)	(3.435)	(3.979)

* A alíquota de CSLL para o exercício de 2014 a agosto de 2015 corresponde a 15%. A partir de setembro de 2015, a alíquota passou a ser 20%. ** Do valor demonstrado para exercício e semestre de 2015, R\$ 543 se refere ao aumento de 5% na alíquota de CSLL diferida sobre as bases patrimoniais em setembro de 2015. **b. Movimentação dos créditos tributários:** A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2014	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2014
Adições tempor.				
PCLD	1.117	3.647	(2.418)	2.346
Receitas diferidas	182	4.715	(4.585)	312
Particip. dos func. no result. (PLR)	73	187	(260)	-
Conting. trab.	-	60	(60)	-
Ativo fiscal diferido (nota 7)	1.372	8.609	(7.323)	2.658

	Saldo em 31/12/2014	Const.	S/ Saldo Patrim.	Rever.	Saldo em 31/12/2015
Adiç. temp.					
PCLD	2.346	6.981	469	(4.873)	4.923
Rec. difer.	312	5.198	53	(5.101)	462
Particip. dos func. no result. (PLR)	-	202	20	(222)	-
Conting. trabalhistas	-	-	-	-	-
Conting. Cíveis	-	22	1	-	23
Ativo fiscal difer. (nota 7)	2.658	12.403	543	(10.196)	5.408

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2015	2014
2015	860	860
2016	2.626	292
2017	625	832
2018	1.215	340
2019	839	334
2020	103	-
Acima 5 anos	5.408	2.658

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 14,15% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 4.147 (R\$ 2.016 em 2014 à taxa de 11,65% a.a.).

17. Outras despesas administrativas

	2º Semestre Exercício	2015 Exercício	2014 Exercício
Despesas de processamento de dados	756	1.456	1.419
Desp. de serviços técn. especializ.	735	1.398	941
Participação dos empregados	274	493	468
Outras despesas administrativas	319	523	404
Desp. de serv. do sistema finan.	152	276	332
Despesas de viagem no país	113	212	168
Despesas de comunicação	104	201	192
Despesas de alugueis	99	198	195
Desp. de deprec. e amortização	55	132	156
Desp. de contrib. filantrópicas	71	118	110
Despesas de publicações	10	57	75
Total	2.688	5.064	4.460

18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos

	2015 Exercício	2014 Exercício
Ativo (passivo) Exercício		
Receita (despesa) 2º semestre		
Receita (despesa) Exercício		
Ativo (passivo) Exercício		
Receita (despesa) Exercício		

Natureza

	Provável	Possível
	Valor	Quant
Danos morais	50	1
Revisional	-	1
Total	50	1

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2015
Saldo inicial	20
Constituição (reversão) de provisão	30
Saldo final	50

14. Resultado de exercícios futuros

	2015	2014
Comissão por financiamento	1.027	781
Total	1.027	781

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor e Compror (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon. **15. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **b. Dividendos:** As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 28 de abril de 2015, foram pagos dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2015, relativos à data-base 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 3.024, sendo dividendos complementares R\$ 1.512. Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	6.521	6.367
(-) Reserva legal	(326)	(318)
Base de cálculo dos dividendos	6.195	6.049
Dividendos limitados a 25% da base	1.549	1.512

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2015 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. **d. Reservas estatutárias:** As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. **16. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:** A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2015 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. O impacto da atualização dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2015, devido à majoração da alíquota da CSLL, foi de R\$ 601.

	2º Semestre Exercício	2015 Exercício	2014 Exercício
Resultado antes do IR e contribuição social	5.363	9.954	10.346
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente *	(2.299)	(4.137)	(4.139)

	2015 Exercício	2014 Exercício
Ativo (passivo) Exercício		
Receita (despesa) 2º semestre		
Receita (despesa) Exercício		
Ativo (passivo) Exercício		
Receita (despesa) Exercício		

Randon S.A. Implementos e Participações

Depósitos a prazo (Passivo) (11.113) - (25.039) -

Despesas com depósitos a prazo - ligadas (505) (1.373) (2.437)

Divida subordinada (Nota 12) (75.530) (4.879) (8.824) (66.706) (6.506)

Outras empresas do Grupo Randon

Equaliz. por financ. (Result. do exerc. futuros) (*) Nota 14 (1.027) - (781) -

Receita de bônus por financiamento 6.666 12.321 11.450

Total (87.671) 1.282 2.123 (92.525) 2.507

(*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendedor, Compror (Floor Plan), CDC e Finance. As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.179 (R\$ 1.129 em 2014), referente à benefícios de curto prazo. O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **19. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013. O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD). O índice de Basileia do Banco Randon para 31 de dezembro de 2015 é de 36,42%, apurado conforme Circular nº. 3.678/13. (30,89% em dezembro de 2014).

21. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital: A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital e de liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br. **Risco de crédito:** O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis. **Risco de mercado:** Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descaçamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descaçamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. **Risco operacional:** A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional. **Risco de liquidez:** A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representada por descaçamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. **Gerenciamento do capital:** O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é um dos patrocinadores do RANONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização. O Plano de pensão RANONPREV é avaliado anualmente afim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2015 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 8 (R\$ 8 em 2014). O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada. O Banco oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição. As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício

líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	2015	2014
Despesa líquida com benefícios	6	5
Custo do serviço corrente	-	(1)
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	2	9
Receta de juros sobre ativos do plano	3	1
Juros sobre o superávit irrecuperável	11	(14)
Custo do benefício definido no resultado	6	(4)
Rendimento real dos ativos do plano	-	-
Ativo (passivo) de benefícios	2015	2014

Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais) (47) (42)

Valor justo dos ativo do plano (67) 65

Ajuste devido (superávit irrecuperável) (20) (23)

Ativo de benefícios

No exercício de 2015, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Saldo das obrig. com benef. definido no final do exerc 2014 (42)

Custo de juros (5)

Custo do serviço corrente (6)

Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações (6)

Saldos das obrig. com benef. definido no final do exerc 2015 (47)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 65

Retorno real dos investimentos (6)

Contribuição do empregador 8

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 67

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	2015	2014
Instrumentos financeiros de renda variável	9	17
Instrumentos financeiros de renda fixa	51	48
Imoveis	1	-
Outros	6	-
	67	65

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2015	2014
Taxa nominal de desconto	12,75	11,85
Taxa nominal de crescimento salarial	7,49	7,83
Taxa nominal de crescimento de benefícios	5,00	5,20

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	2015	2014
Contribuições esperada para o próximo exercício		
Empresa	9	-
Participantes	-	9
Total	9	9
Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício		
Pagam. de benefícios esperados ate 31 de dezembro de 2016	10	10
Pagamento de benefícios esperados após 01 de janeiro de 2017	47	57
Total	57	67
Análise de sensibilidade da premissa significativa "taxa de desconto"		
Valor presente da obrigação (31/12/2015)	47	(4)
1% Aumento - Efeito no VPO	-	5
1% Redução - Efeito no VPO	-	-

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. Representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 13,75%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 11,75%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa. **23. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 243 para danos materiais (R\$ 336 em 2014).

Conselho de Administração
Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Toton

Diretoria
Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora
Deise Cristina Misturini
CRC/RS-073569/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Randon S.A. Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições auto-

rizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divul-

gações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acredita-

mos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 14 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2